

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELBACH, RS
EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2015
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

**TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
ATUAÇÃO NO CONTROLE DE QUALIDADE
DE ÁGUA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SELBACH**, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, assistida pela Assessoria Jurídica bem como pelo Setor de Planejamento e Administração, torna público que fará realizar nas dependências de sua sede, na Largo Adolfo Albino Werlang, n.º 14, Centro, na cidade de SELBACH, RS, doravante denominado Município, o processo de licitação e a contratação dela decorrente que serão regidos pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como às normas estabelecidas na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e através do presente edital e demais especificações anexas.

O processamento e o julgamento da licitação serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitações – doravante denominada COMISSÃO – que receberá os documentos e as propostas em sessão pública a ser realizada conforme abaixo indicado:

LOCAL: Largo Adolfo Albino Werlang, 14
SELBACH (RS)
DATA: 02 de março de 2015
HORA: 14:00 horas

1. TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Processo Administrativo de Licitação na modalidade Tomada de Preços, conforme artigo 23, I, b), da Lei n.º 8.666/93.

2. OBJETO

2.1 - Contratação de empresa especializada para atuação no controle de qualidade da água destinada para consumo humano dos poços artesianos que abastecem o perímetro urbano e limpeza de reservatórios centrais das comunidades rurais do município;

2.2 - Para participar do certame as empresas deverão atender todos os critérios deste EDITAL.

2.3 - As atividades e características técnicas dos produtos e serviços que deverão ser desenvolvidas estão descritas no **Anexo I: Descrição das Atividades**;

3. DA PARTICIPAÇÃO:

Poderão participar desta TOMADA DE PREÇOS as empresas que satisfaçam as exigências do presente Edital e da Lei n.º 8.666/93, e alterações, e que tenham realizado seu prévio cadastramento junto a Prefeitura Municipal de SELBACH, RS, dentro do prazo legal previsto no § 2º do artigo 22 da Lei supra referida, apresentando os documentos abaixo relacionados.

3.1. Habilitação Jurídica:

I) Cédula de identidade do(s) representante legal(is) da empresa;

II) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de

documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, **em vigor**.

*a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no subitem 3.1.II, devendo o mesmo vir acompanhado de todas as alterações **posteriores**, caso houver.*

b) Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo).

3.2. Qualificação Técnica:

- a) Registro da empresa no Conselho Regional de Química (CRQ);
- b) Registro do Responsável Técnico no CRQ;
- c) A empresa deverá comprovar através da certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA, que os profissionais na área de geologia, engenharia civil e engenharia mecânica integram o quadro técnico profissional. O responsável na área de química poderá estar registrado no CRQ;

3.3. Qualificação Econômico-Financeira:

I) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **em vigor**. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias úteis.

II) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos) que comprovem a boa situação financeira da empresa. Os mesmos deverão estar assinados pelo Contabilista (habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Titular ou Representante legal da empresa. As assinaturas deverão estar devidamente identificadas.

II.a – As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes do SIMPLES também estão obrigadas a apresentar o balanço patrimonial (Parecer 64/2000 do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul);

II.b - No caso de empresa que ainda não encerrou seu primeiro exercício social, estando por essa razão, impossibilitada de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, será admitida (e somente para esta hipótese) a apresentação do balancete do mês imediatamente anterior ao da realização da licitação (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Rio de Janeiro. AIDE. 4º edição. P. 202 / Delegações de Prefeituras Municipais. Licitação Pública – Módulo I – Básico. Porto Alegre. Jan.2006. P.40).

II.c – Para situações diversas da exposta no subitem “3.3.II.b”, é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

II.d - Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia autenticada ou original do Diário Oficial,

no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa;

VII) Alvará municipal de localização, relativo ao domicílio ou sede do licitante municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação.

VIII) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR) conforme **LEI Nº 12.440, DE 07 DE JULHO DE 2011**.

Obs.4 A certidão pode ser obtida em www.tst.jus.br, www.cst.jus.br ou no site de qualquer Tribunal Regional do Trabalho (TRT)

3.5. Os documentos supra referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por cartório competente, por servidor da Administração ou pela publicação em órgão da imprensa oficial.

3.6. Os documentos expedidos pela *Internet* poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações.

3.7. Quando da participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou cooperativas, deverão ser adotados os critérios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06.

3.8. Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de **uma única empresa (razão social e CNPJ)**.

NOTA IMPORTANTE:

1. Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 5 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.

1.1. No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a inabilitação em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 43, parágrafo 5º, da Lei n.º 8.666/93.

1.2. Caso já esteja estabelecida a relação contratual (nota de empenho e/ou contrato), vindo o contratado apresentar certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), ocorrerá a rescisão contratual, por inadimplemento de cláusula do contrato, conforme artigo 55, inciso XIII c/c artigo 78, I, da Lei n.º 8.666/93.

4. LOCAL, DATA DA ABERTURA, HORÁRIO E PROCEDIMENTO

4.1. Local:

Os envelopes de documentos e da proposta para a participação na presente licitação de Tomada de Preços deverão ser entregues à Largo Adolfo Albino Werlang, 14, centro, SELBACH, RS, CEP 99.4500-000.

4.2. Data e horário limite para entrega dos envelopes 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e a proposta:

02 de março de 2015 às 14:00 horas

4.3. Data e horário da sessão de abertura do envelope 01, contendo os documentos de habilitação:

02 de março de 2015 às 14:05 horas

4.4. Data e horário da sessão de abertura do envelope 02, contendo a proposta:

Serão abertos logo após a habilitação dos interessados, no mesmo local, em horário e data previamente divulgados pela Comissão Permanente de Licitação do Município.

5. - DA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS:

5.1. **ENVELOPE N° 01:** o Envelope n° 01, contendo os documentos de habilitação, deverá ser entregue na data e horário mencionados e no local indicado no preâmbulo deste instrumento, tendo o envelope o título “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, que deverá estar lacrado e conter, ainda, em sua parte externa e frontal, além da razão social da empresa interessada, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELBACH
TOMADA DE PREÇOS N.º **01/2015**
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE: ...

5.2. O Envelope n° 01 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” deverá conter obrigatoriamente os seguintes documentos, a seguir elencados, que poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor da administração, vistos os pressupostos contidos no artigo 42 e 43 da Lei Complementar 123/06:

5.2.1) Certificado de registro cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de SELBACH, RS, na forma do **item 3 deste Edital;**

5.2.2) Declaração da licitante sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública (**conforme modelo do Anexo IV**), assinada por representante legal da empresa.

5.2.3) Compromisso de participação de pessoal técnico qualificado no qual **os profissionais indicados pela licitante declaram** que participarão, permanentemente, a serviço da licitante, dos serviços objeto desta licitação;

Obs.1: O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s), pelos ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA anexados pela licitante, deverão participar permanentemente dos serviços objeto desta licitação.

5.2.4) Apresentar Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte assinada pelo representante legal da empresa e pelo contador da empresa licitante, nos termos do **Anexo VII.**

5.2.5) As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no item 08 deste edital, conforme o disposto

no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem no momento do cadastramento, **declaração, firmada pelo contador e representante legal da cooperativa, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

5.2.6) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de **Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, em vigor.**

5.2.7) Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual, em vigor.**

5.2.8) Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal, em vigor**, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame, em conformidade com o subitem 3.5 deste edital.

Obs.: As Certidões exigidas nos subitens 5.2.f a 5.2.h **que não expressarem** o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a **6 (seis) meses.**

5.2.9) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, **FGTS, em vigor**, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5.2.10) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, **INSS, em vigor**, demonstrando a situação regular relativa aos encargos sociais instituídos por lei.

5.2.11) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **em vigor.** As certidões que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias úteis.

Obs. 3: Caso as Certidões de que tratam os itens 5.2.f a 5.2.l, acostados junto ao procedimento que culminou na emissão do Certificado Registro Cadastral pela Prefeitura Municipal de SELBACH, RS, estiverem com prazo de validade em dia, quando da realização da licitação, fica dispensada a sua juntada no envelope da documentação.

Obs.4: As empresas enquadradas como ME e EPP ou cooperativas, poderão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal (5.2.f a 5.2.j), somente para fins de assinatura de contrato, caso forem julgadas vencedoras do certame (Art. 43, §§ 1º e 2º da LC 123/2006)

5.2.12) Declaração de que observa, nos termos do Inciso V do Artigo 27 da Lei n.º 8666, de 21 de junho de 1993, a vedação do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal, estando em situação regular perante o Ministério do Trabalho **(Anexo VI).**

5.2.13) Alvará de Licença e Localização da empresa expedido pela Prefeitura Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante, comprovando o seu ramo de atividades em consonância com o Objeto Licitado;

5.2.14) Alvará da Vigilância Sanitária compatível com o Objeto, expedido pela Secretaria Municipal da Saúde, da jurisdição fiscal do licitante;

5.2.15) Alvará Sanitário e de Localização do Laboratório de Análises de Águas, comprovando sua habilitação para o fornecimento das análises, de acordo com os parâmetros exigidos no desempenho da atividade deste Objeto;

5.2.16) Registro do Responsável Químico no CRQ e prova de quitação referente à anuidade do ano em curso;

- 5.2.17) Comprovação que o Responsável Químico está vinculado a empresa licitante, em serviço pertinente e compatível nas características do objeto da presente licitação. Em se tratando de sócio ou diretor, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
- 5.2.18) Certidão de Registro com a relação dos responsáveis técnicos da empresa junto ao CREA;
- 5.2.19) Cadastramento da empresa na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 5.2.18) Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, para depósito, transporte e comércio de Atividades Potencialmente Poluidoras;
- 5.2.19) Licença de Operação de depósito de produtos químicos;
- 5.2.20) Comprovação de recolhimento, destinação e gerenciamento de resíduos gerados na atividade;
- 5.2.21) A empresa licitante deverá fornecer Certificado de Acreditação do Sistema de Gestão de Qualidade, que contenha em seu escopo as atividades de: Projeto, Montagem e instalação de Estações de Tratamento; Operação e assistência em Estações de Tratamento de águas; Controle de qualidade de água; Limpeza de reservatórios de água; Serviços de laboratório para análises de água, demonstrando eficiência e resolutividade compatível com o Objeto.
- 5.2.22) Certidão Negativa de Infração emitida pelo Ministério de Trabalho e Emprego, que não emprega menores de idade, conforme o modelo instituído pelo Decreto Federal nº 4.358-02, que atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
- 5.2.23) Plano de execução do serviço com detalhamento dos processos a serem empregados, assinado pelo Responsável Técnico da licitante, cujo nome, título e inscrição no CRQ, deverá constar de maneira clara e legível no documento.

5.3 **ENVELOPE N° 02:** o Envelope nº 02, contendo as condições comerciais de realização do objeto, deverá ser entregue, juntamente com o Envelope nº 01, na data e horário mencionados no preâmbulo deste instrumento, tendo o envelope o título **“PROPOSTA DE PREÇOS”**, que deverá estar lacrado e conter, ainda, em sua parte externa e frontal, além da razão social da empresa interessada, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELBACH
TOMADA DE PREÇOS N.º **01/2015**
ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE: ...

5.4. Os documentos constantes do Envelope nº 02, que compõem a proposta deverão ser apresentados sem emendas, rasuras, borrões, entrelinhas ou observações feitas à margem e serem preenchidos em papel timbrado da empresa licitante, em português, devidamente datilografada e/ou digitada e assinada pelo representante legal da licitante, compreendendo a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Carta de Apresentação da proposta (**Anexo II**), contendo o valor para execução do objeto licitado, já incluídos todos os componentes de custos, tais como tributos, encargos sociais, transporte, etc., sem cláusula de reajuste.
- b) Proposta de preços, em valores únicos ou mensais, ordinais e por extenso, não superior a dois dígitos após a vírgula, não sendo considerados os valores que estiverem acima do valor total orçado pelo Município, que são os seguintes:

5.1.2 Declaração de validade da proposta não inferior a 60 dias.

5.5. A apresentação da Proposta será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente os documentos deste edital e julgou-os suficiente para a elaboração da Proposta voltado à execução do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.

5.6. Nos preços propostos considerar-se-ão inclusos todos os custos com salários, encargos trabalhistas, sociais, fiscais e previdenciários, seguros, equipamentos, materiais, despesas de administração, inclusive lucro e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessários à perfeita execução do objeto licitado.

5.7. Após o encerramento do prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será recebido nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou esclarecimentos às propostas, salvo expressa solicitação da Comissão Permanente de Licitação.

5.8. As empresas participantes deverão considerar para efeito de orçamento, todas as informações de Projetos e especificações técnicas referentes ao objeto da presente licitação.

6. DO PROCEDIMENTO:

6.1. No local, data e horário indicados no Preâmbulo deste Edital, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura do Envelope nº 01 – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, sendo que os documentos, após verificação, serão juntados ao respectivo processo, com as folhas numeradas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de licitação e, facultativamente, pelos participantes presentes.

6.2. O preposto de qualquer das licitantes, para que possa em nome dela manifestar-se, deverá apresentar procuração específica em papel timbrado da empresa licitante, com poderes para receber intimações, interpor recursos e desistir de sua interposição, a qual fará parte do processo e deverá estar assinada por pessoa com poderes para tanto conforme contrato social, bem como com firma reconhecida, podendo também apresentar autorização para participar da Licitação, conforme anexo V do presente Edital.

6.3. Com base nos documentos apresentados, a Comissão inabilitará a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido no Edital, ou fazê-lo de maneira incompleta, incorreta ou com borrões, entrelinhas, cancelamento em partes essenciais, em desacordo com este Edital, ou com validade vencida, ou ainda qualquer outro vício que o invalide.

6.4. A proponente inabilitada ficará impedida de participar da etapa subsequente do procedimento licitatório, sendo-lhe devolvido o Envelope nº 02 – “PROPOSTA DE PREÇO”, originariamente fechado, após o decurso do prazo recursal ou sua denegação.

6.5. A abertura do Envelope nº 2 – “PROPOSTA DE PREÇO” dos licitantes habilitados dar-se-á em data previamente divulgada pela Comissão Permanente de licitação.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

7.1. No julgamento observar-se-á o disposto nos artigos 43 e 44 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, além dos dispositivos constantes na Lei Complementar 123/06, de 14 de dezembro de 2006, sendo que o valor estimado para a presente contratação, consta da planilha estimativa que faz parte do presente edital (**Anexo I**).

7.2. Como critério econômico de aceitabilidade das propostas, fica estabelecido, pela ordem:

7.2.1. Serão consideradas de preços excessivos, as propostas que apresentarem valor global superior ao valor previsto no Anexo I do presente edital.

7.2.2. Serão consideradas inexeqüíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- média aritmética dos valores das propostas superiores a 50 % (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
- valor orçado pela administração (7.1 do presente edital – anexo I).

7.3. Para fins de julgamento e classificação, o valor total proposto por cooperativa de trabalho, a qual caiba contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, será acrescido de 15% (quinze por cento), face ao disposto no art. 22, inciso IV, da lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.876/99, que dispõe sobre contribuição previdenciária.

7.4. Em sendo vencedora do certame Cooperativa de Trabalho, a contratação será firmada pelo valor da proposta apresentada por esta, uma vez que o percentual de 15% (quinze por cento) sobre o Valor Bruto da Nota Fiscal deverá ser recolhido pelo contratante, a título de contribuição à seguridade social.

7.5. A Comissão Permanente de Licitações procederá ao exame e julgamento das Propostas Comerciais das Licitantes habilitadas, qualificando vencedora a Proposta de menor preço por item e que atenda na íntegra todas as exigências do presente edital, sendo lavrada pela Comissão Permanente de Licitações, ata de todos os atos praticados e decisões tomadas.

7.6. Não serão consideradas para efeito de julgamento quaisquer ofertas ou vantagens não previstas, assim como propostas que contenham redução de preços sobre a proposta de menor preço ou indicarem como referência preços de outras licitantes, que mencionarem outras taxas, impostos, benefícios, despesas indiretas ou outros acréscimos de qualquer natureza para serem computadas além do preço total proposto, bem como as que estabelecerem condições outras além das previstas, salvo aquelas realizadas de acordo com os preceitos da Lei Complementar 123/2006, no art. 44 e 45.

7.7. As propostas comerciais serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas apresentadas, que conduziram ao valor total orçado na Planilha Orçamentária, procedendo-se a(s) correção(ões) correspondente(s) nos casos de eventuais erros encontrados, adotando-se o mesmo procedimento na constatação de preços unitários diferentes para o mesmo código de serviço, quando será adotado, para efeito de cálculo, o de menor valor apresentado pela licitante. As correções efetuadas serão consideradas para a apuração do valor final da Proposta.

7.8. Havendo divergência entre os valores de parcelas da planilha e o valor global da proposta, prevalecerá a indicação para este último.

7.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem aos termos deste Edital e seus Anexos, bem como aquelas que não contiverem elementos técnicos suficientes para sua apreciação.

7.10. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação, a seu critério, poderá declarar a nulidade do processo licitatório ou fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas do vício que lhe deu causa.

7.11. As propostas serão classificadas em ordem crescente, propondo-se a adjudicação do objeto deste Edital à primeira classificada.

7.12. No caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado primeiramente os critérios previstos na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, quando da participação de microempresas, Empresas de Pequeno Porte e/ou cooperativas, dispostos no item 08 do presente edital. No caso de não haverem licitantes que se enquadrem nestes dispositivos, aplicar-se-á os pressupostos contidos no artigo 3º, §2º, incisos I, II e

III, da Lei nº 8.666/93. Permanecendo o empate, far-se-á a classificação com sorteio na forma estatuída no artigo 45 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

7.13. A adjudicação será feita por "menor preço global" pela empreitada integral.

7.14. A critério da Comissão Permanente de Licitação, não serão considerados motivos de desclassificação simples omissões ou irregularidades na proposta, desde que sejam irrelevantes para o procedimento da licitação, que não causem prejuízo para o Município e que não firam os direitos das demais licitantes.

7.15. A participação na licitação, através da apresentação de envelope com proposta, implicará na aceitação plena e irrevogável das normas e especificações que a ordenam, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas em lei.

7.16. A inobservância de qualquer das condições constantes do presente edital importará em desclassificação da proposta, podendo, contudo, a Comissão Permanente de Licitação, no interesse do Município, reaver omissões puramente formais, desde que sanáveis no prazo que vier a ser fixado pela Comissão.

7.17. O resultado do julgamento indicando a licitante vencedora será divulgado conforme o previsto na Lei nº 8.666/93, cabendo recurso na forma prevista no mesmo diploma legal.

8- DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e/ou COOPERATIVA:

8.1 - Se alguma participante do certame for empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, devendo a empresa/cooperativa assim mesmo apresentar toda a documentação exigida, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a Lei Complementar Nº. 123/2006.

8.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do Art. 44, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.2 - Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

8.2.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.3 - Para efeito do disposto no Art. 44 da LC 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, registrando-se inicialmente a nova proposta em ata, devendo no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da lavratura da mesma apresentar por escrito, devidamente firmada, a nova proposta, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto

licitado. No caso de não apresentação da proposta escrita no prazo hábil, decairá o direito da licitante em contratar com o Município. Caso a(s) empresa(s) licitante(s) não estiver(em) presente(s) nos procedimentos, deverá a(s) mesmas ser(em) notificadas para que lhe(s) seja(m) assegurada(s) os pressupostos contidos no inciso I do art.45 da LC 123/06, contando o prazo a partir da efetiva notificação da empresa licitante.

8.3.2. Não ocorrendo a contratação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa na forma do item 8.3.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.3.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do Art. 44 e 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.3.5. O disposto no Art. 44 e 45 da LC 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9. DO CONTRATO:

9.1. Constam do Modelo de Contrato que compõe o **Anexo III**, as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes.

9.2. Até a data de assinatura do contrato, poderá ser eliminada da presente licitação qualquer empresa ou cooperativa que tenha apresentado documento(s) ou proposta de preços incorreta, bem como aquela cuja situação técnica ou econômica/financeira tenha se alterado após o início do processo de contratação.

9.3. O contrato regular-se-á por suas cláusulas e partes integrantes, conforme disposto neste Edital e pelas demais normas da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

9.4. O presente Edital, inclusive seus anexos, integrará o contrato que vier a ser firmado com a empresa vencedora da licitação.

9.5. Esgotados todos os prazos recursais, o Município, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega dos envelopes, convocará a vencedora para assinar o contrato, que deverá firmar a contratação no prazo instituído no subitem 9.5.1 deste edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93.

9.5.1. A licitante vencedora terá o prazo de até **05 (cinco)** dias úteis para assinatura do contrato, contados da data de convocação feita por escrito pelo Município.

9.6. Se, dentro do prazo, a convocada não assinar o contrato, o Município convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do mesmo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

9.7. O Município reserva-se no direito de recusar todo e qualquer serviço que não atenda às especificações exigidas, ou que sejam considerados inadequados por sua fiscalização, desde logo designado a Gerência de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico, através de servidor(es) responsável(is) pelo setor.

9.8. A fiscalização do Município, não eximirá a contratada das responsabilidades em razão de danos que vier a causar ao Município e/ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus prepostos na execução do contrato, independentemente da ocorrência de caso fortuito ou força maior.

9.9. Na execução dos serviços a contratada obriga-se a fornecer toda a mão-de-obra, bem como, cumprir todas as obrigações constantes do contrato de prestação de serviços que faz parte do presente edital, bem como aceitar todas as condições ali previstas.

10. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

- 10.1 O prazo para cumprimento da presente contratação será de 12 meses, renováveis anualmente até o prazo máximo de 60 meses.
- 10.2. O reajuste do valor contratual será anual de acordo com a variação do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor);
- 10.3. O Município reserva-se, ainda, no direito de recusar todo e qualquer serviço que não atenda às especificações exigidas, ou que sejam considerados inadequados por sua fiscalização.
- 10.4. Na execução dos serviços a contratada obriga-se a fornecer toda a mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários;
- 10.5. Cumprir todas as obrigações constantes do contrato que faz parte do presente edital, bem como aceitar todas as condições ali previstas.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

- 11.1. Caberá a impugnação do Edital, nos termos do art. 41 da Lei 8.666/93.
- 11.2. Caberá recurso, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93.
- 11.3. Somente será admitida impugnação ao edital e interposição de recurso através de documento firmado pelo representante do interessado com poderes para tanto, ou bastante procurador, podendo ser apresentado por sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, devendo os originais ser entregues até cinco dias da data de recepção do material.
- 11.4. Aplica-se subsidiariamente os pressupostos contidos na Lei Federal nº 9.800/99, de 26 de maio de 1999.

12. DOS PAGAMENTOS

12.1 O pagamento será efetuado pela contratante sempre até o dia 5 do mês subsequente a realização dos serviços, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Medição quantitativa do volume de água consumida relativa ao período, obtida através da leitura de macro-medidor;
- b) Relatório técnico conforme padrões do SISAGUA;
- c) Análises da condição microbiológica e de fluoretos dos poços que compõe o sistema de distribuição;
- d) Nota Fiscal referente aos serviços prestados;
- e) Apresentação de Nota Fiscal e do Certificado de limpeza e desinfecção, juntamente com a análise microbiológica, no caso das limpezas dos reservatórios de abastecimento das comunidades rurais.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Quaisquer outros esclarecimentos poderão ser obtidos na sede do Município, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, no horário normal de expediente, pelos telefones (0XX54) 3387 1106 ou pelo e-mail compras@selbach.rs.gov.br.

13.2. Os casos omissos relativos à aplicabilidade deste Edital serão sanados pela Comissão Permanente de Licitações, observada a legislação vigente.

13.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

13.4. A critério da Comissão Permanente de Licitações e no interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá ser:

- a. adiada a abertura da licitação;
- b. alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

13.5. A licitação poderá ser revogada, a juízo do Município, no todo ou em parte, sem que às licitantes caiba o direito a qualquer indenização ou reembolso, nos termos da Lei;

13.6. Para conhecimento do público, o presente Edital é publicado em imprensa de circulação na região da obra, de circulação no Estado do Rio Grande do Sul, e no Diário Oficial do Estado.

13.7. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 Secretaria Municipal de Saúde**1030400060 – Abastecimento de água****10304000601.055 – Tratamento e desinfecção de água****33903900.0000 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica**

13.8. O processo licitatório – Edital e todos os seus anexos - encontra-se à disposição dos interessados na Comissão de Licitações, localizada junto ao prédio do Centro Administrativo Municipal, 1º andar, no horário de expediente.

13.9. De todas as reuniões de abertura dos envelopes, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelos membros da Comissão de Licitações e pelos representantes credenciados presentes.

13.10. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação não serão admitidas à licitação participantes retardatárias.

13.11. Não serão admitidas por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer outros documentos.

13.12. Só terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão de Licitações.

13.13. O envelope n.º 2 - Proposta, da licitante inabilitada, não-retirado no momento da abertura, poderá ser solicitado, na Comissão de Licitações, no prazo de até 30 (trinta) dias após aquela data. Se houver recurso, até 30 (trinta) dias após seu julgamento. O envelope-proposta não-retirado no prazo especificado será inutilizado.

13.14. Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não-apresentados na reunião de recebimento, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.15. Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

- a) **Anexo I** - Especificações para a execução dos serviços;
- b) **Anexo II** - Carta de Apresentação de Proposta;
- c) **Anexo III** - Minuta do Contrato;
- d) **Anexo IV** - Declaração de Idoneidade (inciso IV, do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93);
- e) **Anexo V** - Autorização para participar da licitação;
- f) **Anexo VI** - Declaração de comprovação de regularidade perante o Ministério do Trabalho.
- g) **Anexo VII** - Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.12. Fica eleito o Foro de Tapera, RS, para dirimir quaisquer questões oriundas do procedimento licitatório previsto neste edital.

SELBACH, RS, 06 de fevereiro de 2015.

SÉRGIO ADEMIR KUHN
Prefeito Municipal

VOLNEI SCHNEIDER
Assessor Jurídico – OAB.RS 34.861

ANEXO IA

ESPECIFICAÇÕES PARA EXECUÇÃO

DOS SERVIÇOS

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2015

REGIME: EMPREITADA INTEGRAL (Art. 10, II, e)

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL (Art. 45, §1º, I)

ANEXO IA

ESPECIFICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO EDITAL TP 07/2014

A- SÍNTESE DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a execução de Empreitada Integral:

Compreende:

Provimento de materiais, insumos e serviços inerentes ao desempenho de atividade relativa a limpeza de reservatórios, análises laboratoriais, desinfecção e fluoretação de água para consumo humano, de modo que os parâmetros tratados estejam de acordo com os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria 2914/2011, do Ministério da Saúde;

B – FINALIDADE

Realizar o controle da qualidade da água fornecida para consumo humano no Município de Selbach, RS, compreendendo a limpeza de reservatórios, análises laboratoriais, desinfecção e fluoretação.

C- ESPECIFICAÇÕES

Caberá ao licitante vencedor as seguintes obrigações:

Item Global - Serviços de Controle e Monitoramento da qualidade da água de (05) poços:

Item	Local	Nº de famílias
01	Sistema de água – Poço comunitário Linha Floresta, Selbach, RS	48
02	Sistema de Água – Poço Riechel – Arroio Grande	15
03	Sistema de Água – Área industrial – Arroio Grande, Selbach, RS	10
04	Sistema de Água – Poço Comunitário Arroio Grande, Selbach, RS	140
05	Sistema de Água – Poço Comunitário Rua Sofia Prediger, Arroio Grande, Selbach, RS	15

1.1 Descrições gerais:

a) os equipamentos já existentes são de propriedade do município, e os mesmos deverão ser utilizados pelo futuro contratado, para efetuarem o tratamento;

- b) os equipamentos possuem aparelho dosador automático sem utilização de energia elétrica para aplicação contínua de cloro e flúor sólidos, em tabletes;
- c) as Estações de Tratamento se encontram instaladas junto aos reservatórios dos sistemas informados;
- d) as Estações de Tratamento deverão efetuar a adição de cloro e flúor atendendo as especificações da legislação;
- e) as Estações de Tratamento possuem abrigo próprio com chave, e possuem capacidade de tratamento compatível com a produção dos poços e a demanda de consumo;
- f) os dosadores de cloro e flúor possuem dispositivos de funcionamento mecânicos na dissolução dos insumos, que permitem a distribuição contínua dos insumos, através da rede e atender os padrões de qualidade de água de acordo com os critérios das regulamentações do Ministério da Saúde;
- g) os insumos utilizados na desinfecção e fluoretação deverão ser em estado sólido e em quantidades suficientes e compatíveis para atender os padrões de qualidade da água para consumo humano;
- h) a cotação de preços deverá incluir a manutenção dos equipamentos e demais materiais necessários para o bom funcionamento do sistema de tratamento.

1.2 Os serviços consistirão na operacionalização dos seguintes procedimentos:

- 1.2.1 Fornecer os insumos para a desinfecção e fluoretação (cloro e flúor) em estado sólido e em quantidades suficientes e compatíveis para atender os padrões de qualidade da água para consumo humano;
- 1.2.2 Efetuar a assistência e manutenção das Estações de Tratamento, conforme descrito no presente termo de referência
- 1.2.3. Efetuar a Limpeza e desinfecção periódica dos reservatórios de distribuição semestralmente conforme normas regulamentares do Ministério de Saúde;
- 1.2.4. Fornecer materiais utilizados na limpeza e desinfecção dos reservatórios;
- 1.2.5 Fornecimento de certificados de limpeza e desinfecção dos reservatórios por ocasião deste trabalho;
- 1.2.6 Treinamento e capacitação técnica para realização de leitura de cloro residual diário;
- 1.2.7 Fornecimento de materiais e utensílios para testes de cloro residual em amostras de água;
- 1.2.8 Assistência técnica 24 horas no atendimento e manutenção dos equipamentos e insumos;
- 1.2.9 Recolher quinzenalmente amostras de água e encaminhar para laboratório de análises
- 1.2.10 Fornecer planilha quinzenal para controle de cloro residual
- 1.2.11 Responsabilidade técnica sobre o controle da qualidade da água;
- 1.2.7 Fornecimento de relatórios técnicos mensais de controle;
- 1.2.8 Fornecimento de embalagens e materiais para recolhimento de amostras para análises;
- 1.2.9 Fornecimento quinzenal de análise microbiológica da água;
- 1.2.10 Fornecimento quinzenal de análise de fluoretos;
- 1.2.11 Fornecimento de uma análise físico-química (pH, cor e turbidez), de acordo com a tabela 9 da Portaria 2914/2004 do Ministério da Saúde;

D- DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA :

- deverá fornecer todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução dos serviços indicados nas especificações e nas Normas Técnicas que regem o assunto, objeto da licitação;

- se responsabilizará integralmente pela guarda de máquinas, ferramentas e equipamentos em geral;
- deverá preencher e recolher uma A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) geral, referente à responsabilidade técnica de execução de todos os serviços;

O CONTRATANTE :

- todos os serviços deverão ser liberados pela Fiscalização do Município, podendo ser rejeitado, no todo ou em parte, se for constatado a execução em desacordo com as especificações técnicas ou as Normas, devendo ser refeito de modo correto;

E- Documentação Disponível

Toda a documentação constituída de projetos, mapas, plantas etc. (ANEXO IB) está à disposição para consulta pelos interessados na sede do Município à Largo Adolfo Albino Werlang, 14, SELBACH, RS, com a Comissão Permanente de Licitações - Fone (0xx54) 3322-1051/1200.

F- Valor/Orcamento

Item	Local	Nº de famílias	Valor Mensal	Valor Anual	Valor para 60 meses
01	Sistema de água – Poço comunitário Linha Floresta, Selbach, RS	48	-	-	-
02	Sistema de Água – Poço Riechel – Arroio Grande	15	-	-	-
03	Sistema de Água – Área industrial – Arroio Grande, Selbach, RS	10	-	-	-
04	Sistema de Água – Poço Comunitário Arroio Grande, Selbach, RS	140	-	-	-
05	Sistema de Água – Poço Comunitário Rua Sofia Prediger, Arroio Grande, Selbach, RS	15	-	-	-
Global	-	-	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00	R\$ 150.000,00

Valor Total mensal	Dois mil e quinhentos reais
Valor Total anual	Trinta mil reais
Valor Total para 12 meses	Cento e cinquenta mil reais

SELBACH, RS, 06 de fevereiro de 2015.

Rosália Maldaner Chaves
Secretária Municipal de Saúde

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2015
REGIME: EMPREITADA INTEGRAL (Art. 10, II, e)
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL (Art. 45, §1º, I)

ANEXO II

“MODELO DA CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA”

SELBACH, RS, de de 2015.

À
 Prefeitura Municipal de SELBACH, RS
 Comissão Permanente de Licitação

A EMPRESA:

CNPJ/MF SOB N.º:

RUA E N.º:

CIDADE E UF:

Submete à apreciação de V.Sas., proposta relativa a Tomada de Preços em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

Proposta de preços, em valores mensais, anuais e para 60 (sessenta) meses, ordinais e por extenso, não superior a dois dígitos após a vírgula, relativo ao valor de cada item e final (não sendo considerados os valores que estiverem acima do valor total orçado pelo Município).

DECLARAMOS:

(assinadas pelo representante legal da empresa, bem como, pelo responsável técnico legalmente habilitado):

- 1) de que a proposta vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para a entrega dos envelopes desta Tomada de Preços (assinada pelo licitante ou seu representante legal).
- 2) que no caso de sermos julgados vencedores, a pessoa abaixo identificada irá assinar o contrato:

Dados da pessoa que irá assinar o Contrato, no caso de ser julgada vencedora:

Nome:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Profissão:

Cargo/função exercido:

CIC/MF:

Cédula de Identidade Civil:

Domicílio:

Fone para contato:

Memória de Cálculo

OBRIGATORIAMENTE COTAR CADA UM DOS ITENS, COM VALORES MENSAIS, ANUAIS E PARA 60 (SESSENTA) MESES

Item	Local	Nº de famílias	Valor Mensal	Valor Anual	Valor para 60 meses
01	Sistema de água – Poço comunitário Linha Floresta, Selbach, RS	48	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR
02	Sistema de Água – Poço Riechel – Arroio Grande	15	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR
03	Sistema de Água – Área industrial – Arroio Grande, Selbach, RS	10	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR
04	Sistema de Água – Poço Comunitário Arroio Grande, Selbach, RS	140	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR
05	Sistema de Água – Poço Comunitário Rua Sofia Prediger, Arroio Grande, Selbach, RS	15	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR
Global	-	-	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR	INDICAR O VALOR

Valor Total mensal	INDICAR O VALOR POR EXTENSO
Valor Total anual	INDICAR O VALOR POR EXTENSO
Valor Total para 12 meses	INDICAR O VALOR POR EXTENSO

Atenciosamente,

Local Data Nome do Representante Legal Assinatura Nome do Responsável Técnico Assinatura Carimbo CNPJ/MF

Obs.: Fazer constar todos os demais itens obrigatórios citados no edital

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2015

REGIME: EMPREITADA INTEGRAL (Art. 10, II, e)

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL (Art. 45, §1º, I)

ANEXO III

“MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”

MUNICÍPIO DE SELBACH, RS, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE SELBACH, RS, com sede na Largo Adolfo Albino Werlang, nº 14, inscrito no CNPJ sob nº, representado pelo Prefeito Municipal,, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CIC/MF sob nº, RG/SSP.RS sob nº, (residência e domicílio) de ora em diante designado **MUNICÍPIO**, e de outro lado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua, nº, Bairro, na cidade de, neste ato representada por seu sócio-proprietário, (nacionalidade.....), (estado civil) portador do RG nº, inscrito no CPF/MF sob nº, residente e domiciliado na Rua, nº, Bairro, na cidade de de ora em diante designada **CONTRATADA**, ajustam o presente *CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS*, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

A CONTRATADA terá total independência para execução do objeto ora contratado, estando submetida a presente contratação, para todos os efeitos, especificamente ao artigo 594 do Código Civil, que estabelece: "Toda espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratado mediante retribuição." Com fundamento na Lei Federal nº 8666 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores, e em conformidade com a licitação de Tomada de Preços nº 01/2015 e demais disposições atinentes à matéria, têm entre si justo e acordado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. - Síntese do objeto

Contratação –X-X-X-X, conforme previsto no Anexo I:

-X-X-X-X-X

1.2. - Escopo do Trabalho

-X-X-X-X-X

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1- Para todos os efeitos legais, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

- a) Edital da Tomada de Preços nº 01/2015 e seus Anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA.

2.2 - Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS

3.1 - O contrato tem vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por termo aditivo firmado entre as partes conforme conveniência da Administração Municipal pelo prazo máximo de até 60 meses.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇOS

4.1 - Os preços para a execução do objeto deste Contrato são os apresentados na Proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo MUNICÍPIO, os quais totalizam o valor de R\$ (..... reais).

4.2 – Já estão inclusos no preço acima acordado todos os impostos, encargos sociais e tributários, bem como transporte e despesas operacionais, a exceção das cooperativas cujo tratamento está disciplinado no item 07 do edital.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado em parcela única, de acordo com o cronograma físico financeiro, após: ---

O pagamento será efetuado pela contratante sempre até o dia 5 do mês subsequente a realização dos serviços, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Medição quantitativa do volume de água consumida relativa ao período, obtida através da leitura de macro-medidor;
- b) Relatório técnico conforme padrões do SISAGUA;
- c) Análises da condição microbiológica e de fluoretos dos poços que compõe o sistema de distribuição;
- d) Nota Fiscal referente aos serviços prestados;
- e) Apresentação de Nota Fiscal e do Certificado de limpeza e desinfecção, juntamente com a análise microbiológica, no caso das limpezas dos reservatórios de abastecimento das comunidades rurais.

5.2 - Em hipótese alguma serão efetivados pagamentos antecipados, sendo prerrogativa para a realização dos pagamentos no término da obra, sempre até o 5º (quinto) dia útil após a averiguações executadas pelo profissional da Prefeitura Municipal de SELBACH.

5.3 - A CONTRATADA fica vedado negociar ou efetuar a cobrança ou o desconto da(s) duplicata(s) emitida(s) através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança(s) em carteira simples, ou seja, diretamente no MUNICÍPIO.

5.4 - No caso da execução não estar de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências fixadas neste Contrato, o MUNICÍPIO fica desde já autorizado a reter o pagamento em sua integridade, até que sejam processadas as alterações e retificações determinadas, aplicando-se à CONTRATADA a multa prevista na Cláusula 13.

5.5 - Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste.

5.6 – O(s) comprovante(s) de pagamento(s) efetuado(s), fica(m) valendo, para todos os fins de direito, como quitação do pagamento, pelos quais a CONTRATADA outorga ao MUNICÍPIO, ampla, geral e irrevogável quitação do pagamento estipulado neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

6.1 - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem poderá sub-contratar os serviços relativos ao seu objeto, sem o expresse consentimento do MUNICÍPIO, dado por escrito, sob pena de rescisão do ajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATADA

- Constitui direito da CONTRATADA receber o valor ajustado, na forma e prazo convencionados.
- Constitui obrigação da CONTRATADA:
 - 7.1 – Realizar o objeto contratado, de acordo com as especificações técnicas, no local previamente determinado pelo MUNICÍPIO, de forma a cumprir todos os compromissos assumidos nos termos do Edital e seus anexos e do presente Contrato;
 - 7.2 - Fornecer e tornar obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelos seus empregados, adequados aos riscos decorrentes de execução do escopo contratual, garantindo a integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades, inclusive a terceiros.
 - 7.3 – Manter as áreas das obras e/ou serviços ou de armazenamento e estocagem de materiais devidamente demarcados, isoladas e vigiadas de forma a impedir o acesso de pessoas estranhas aos serviços.
 - 7.4 - Paralisar os serviços quando constatado risco grave e iminente aos seus empregados e terceiros, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.
 - 7.5 – Responder pelo integral cumprimento das leis vigentes no país, em especial quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias, comerciais, civis e criminais, relacionadas direta ou indiretamente ao objeto contratado, a partir da data de início do contrato.
 - 7.6 – Responsabilizar-se por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados ao MUNICÍPIO e/ou terceiros, devido a sua ação ou omissão, ou de seus empregados, sub-contratados e prepostos, decorrentes do objeto contratado, sem que a fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO exclua ou atenua esta responsabilidade.
 - 7.7 – Permitir à fiscalização do MUNICÍPIO livre acesso, em qualquer época ou momento no local da obra.
 - 7.8 - A CONTRATADA é responsável pela análise e estudo de todos os documentos fornecidos pelo MUNICÍPIO para a execução do objeto contratado, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância, defeito ou insuficiência de tais documentos.
 - 7.9 - Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais sub-contratados e o MUNICÍPIO, perante a qual o único responsável pelo cumprimento deste contrato será sempre a CONTRATADA.
 - 7.10 – Responsabilizar-se pelo fornecimento de energia elétrica e água no local da obra, caso houver necessidade, de acordo com as especificações exigidas pelos equipamentos, para o perfeito andamento do objeto deste Contrato.
 - 7.11 – Fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
 - 7.12 – Apresentar, sempre que exigidas pela CONTRATANTE, quaisquer documentos constantes das disposições contidas no Decreto n.º 612 de 21/07/92 e Lei n.º 8.212/91, e demais legislações previdenciárias, bem como, os demais documentos apresentados na licitação, caso o vencimento dos comprovantes apresentados no certame, seja anterior ao término da vigência desta contratação.
 - 7.13 - Observar a legislação trabalhista e previdenciária quanto ao pessoal empregado nos serviços de que trata este contrato de prestação de serviço de transporte escolar, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
 - 7.14 - Arcar com encargos trabalhistas, fiscais (ICMS e outros), previdenciários, comerciais, tributários, tarifas, fretes, seguros, transporte, materiais, combustível, motorista habilitado, mão-de-obra, peças, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas, que venham a incidir no período de contratação.
 - 7.14.a - Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para-fiscais, emolumentos, fornecimento de mão-de-obra especializada, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, máquinas e ferramental, transporte de material, de pessoal,

estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste contrato.

7.15 - Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.16 - Assumir todas as responsabilidades inerentes à sua atividade inclusive despesas decorrentes de eventuais acidentes, abrangendo danos pessoais, multas e outros que venham a ocorrer durante a execução das obras, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer responsabilidade ou indenização.

7.17 - Não poderá subcontratar ou transferir, total ou parcialmente, os serviços ora contratados.

7.18 - Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado.

7.19 - Prestar toda e qualquer informação sobre a prestação dos serviços.

7.20 - Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características dos serviços, bem como as observações às normas técnicas.

7.21 - Informar à Gerência de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico, qualquer mudança de endereço, telefone, fax ou outros;

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES E DIREITOS DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações e direitos do MUNICÍPIO:

8.1 – Fiscalizar os serviços da CONTRATADA;

8.2 – Aplicar as penalidades previstas em lei e no presente contrato;

8.3 – pagar à CONTRATADA o valor da(s) fatura(s) pela execução do objeto nos termos do presente Contrato nos prazos estipulados na Cláusula Quinta.

8.4 - Em sendo contratada Cooperativa de Trabalho, a contratação será firmada pelo valor da proposta apresentada por esta, uma vez que o percentual de 15% (quinze por cento) sobre o Valor Bruto da Nota Fiscal deverá ser recolhido pelo contratante, a título de contribuição à Seguridade Social.

CLÁUSULA NONA - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

9.1 – O MUNICÍPIO indica desde já os servidores públicos municipais Jaqueson Kempf e Neri Fritsh juntamente com os profissionais do Setor de Projetos, como interlocutores de todos os contatos com a CONTRATADA, bem como, agentes fiscalizadores do desenvolvimento dos trabalhos.

9.2 – Em relação ao acompanhamento da obra, poderão ser procedidas reuniões, na medida em que as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos assim exigirem.

CLÁUSULA DÉCIMA – QUESTÕES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE

10.1 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto na legislação nacional, estadual e municipal relativa à proteção ambiental;

10.2 – A CONTRATADA deverá submeter-se a todas as medidas adotadas pelas autoridades com poderes de fiscalização do meio ambiente, no âmbito das respectivas competências.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 Após a conclusão da execução do objeto do Contrato, a CONTRATADA, encaminhará ao MUNICÍPIO, mediante protocolo, a comunicação escrita do término dos serviços.

11.2 - Com base na comunicação emitida pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO realizará o recebimento da obra nos termos deste instrumento.

11.3 - O profissional do MUNICÍPIO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização, fará o recebimento provisório do objeto contratado dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de comunicação escrita de seu término.

11.4 - Durante o período de 05 (cinco) dias da data de expedição do termo supra, a obra ficará sobre observação de modo a se verificar o cumprimento das exigências construtivas.

11.5 - Esgotado o prazo previsto na cláusula 11.4 e uma vez estando comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, a obra será recebida definitivamente pela fiscalização, designada pelo MUNICÍPIO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

11.6. O recebimento definitivo dos serviços não exime a CONTRATADA de responsabilidade pela perfeição, qualidade, quantidades, segurança, compatibilidade com o fim a que se destinam e demais peculiaridades dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 Secretaria Municipal de Saúde

1030400060 – Abastecimento de água

10304000601.055 – Tratamento e desinfecção de água

33903900.0000 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES E MULTAS

14.1 - A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, segundo entendimento da FISCALIZAÇÃO, para as quais haja concorrido;

b) multas sobre o valor total do contrato, no valor de:

10% nos casos de inexecução total ou execução imperfeita dos serviços;

7% nos casos de execução parcial ou em desacordo com as especificações a serem seguidas;

5% por descumprimento de cláusula contratual ou descumprimento de norma de legislação pertinente;

1% ao dia em caso de atraso na entrega do serviço que exceder o prazo fixado no Edital para a conclusão do objeto do contrato ou por não solução de irregularidades de que tenha sido advertida.

c) suspensão do direito de participar de licitações e contratos com a Administração por até 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ressalvado o direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

16.1. – São motivos ensejadores da rescisão do presente contrato:

I - o não cumprimento ou o cumprimento irregular de quaisquer das cláusulas estipuladas neste contrato;

II - a prática de qualquer ato que se considere incompatível com o objeto aqui contratado;

III - a infração de qualquer disposição legal;

IV - a má qualidade de materiais, serviços e de mão de obra empregados na execução do objeto contratado;

V – a incidência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

16.2 – Será aplicada a parte culpada uma multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, além de sujeitar-se à reparação de danos eventualmente experimentados pela parte inocente e as demais penalidades previstas em lei.

16.3 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nesta cláusula, não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e portanto não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

16.4 - Os valores pertinentes às multas aplicadas, serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Obriga-se a CONTRATADA a providenciar imediatamente toda a documentação que se fizer necessário.

17.2 - O MUNICÍPIO reserva-se no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo e execução do objeto contratado, mediante o pagamento único e exclusivo da parte já executada.

17.3 - O MUNICÍPIO reserva-se, ainda, no direito de recusar todo e qualquer bem e serviço que não atendam as especificações, ou sejam, consideradas inadequados pela fiscalização.

17.4 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução do objeto contratado, isentando o MUNICÍPIO de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

17.5 - A CONTRATADA será a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que consiste ao cumprimento da legislação trabalhista, previdência social, seguro de acidentes do trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, previstas na legislação, sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multas por parte do MUNICÍPIO ou rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis.

17.6 - Fica expressamente vedada a sub-contratação, sem prévia, expressa e escrita autorização do MUNICÍPIO.

17.7 - O CONTRATADO, por imperativo de ordem e segurança, proverá a sinalização necessária nos locais onde será executada a obra.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – TOLERÂNCIA

18.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 - Elegem as partes contratantes o Foro da cidade e comarca de Tapera, RS, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinados, a tudo presentes.

SELBACH, RS.de.....de.....

.....
Prefeito Municipal
p/Contratante.

.....
Representante Legal
p/Contratada.

Visto:

.....
Assessor Jurídico –

Testemunhas:

1. _____

2. _____

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2015

REGIME: EMPREITADA INTEGRAL (Art. 10, II, e)

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL (Art. 45, §1º, I)

ANEXO IV MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro(amos), sob as penas da lei, para a TOMADA DE PREÇO N.º..... que

.....
nome da(o) licitante e sua qualificação

.....

não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93, e alterações, bem como de que comunicarei(mos) qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

....., dede

.....
 Assinatura do licitante ou seu representante legal

***Obs.: Esta declaração deverá ser entregue dentro do Envelope n.º 01
 – Documentos de Habilitação.***

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2015

REGIME: EMPREITADA INTEGRAL (Art. 10, II, e)

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL (Art. 45, §1º, I)

ANEXO V

AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Através do presente, autorizamos o (a) Sr. (a) (nome do representante), portador (a) da cédula identidade n.º, com endereço na, Telefone, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de SELBACH, RS, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de recurso.

SELBACH, RS, de de

.....
DIRETOR OU REPRESENTANTE LEGAL

EMPRESA.....

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue fora dos envelopes

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2015

REGIME: EMPREITADA INTEGRAL (Art. 10, II, e)

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL (Art. 45, §1º, I)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE
PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu, _____,
(nome completo do representante legal)
interessada em participar da **Tomada de Preço n.º** _____, da Prefeitura Municipal de SELBACH, RS, declaro, sob as penas da Lei, que nos termos do Inciso V do Artigo 27, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a

_____ (nome da pessoa jurídica)
encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

_____, ____ de _____ de ____.

(empresa proponente)

C.N.P.J.

(assinatura e carimbo do representante legal)

***Obs.: Esta declaração deverá ser entregue dentro do Envelope
n.º 01 – Documentos de Habilitação.***

TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2015

REGIME: EMPREITADA INTEGRAL (Art. 10, II, e)

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL (Art. 45, §1º, I)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DA EMPRESA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Eu, _____,
(nome completo do Representante Legal da empresa licitante)

E
_____, CRC n.º _____, (nome
completo do Contador da empresa licitante e n.º registro entidade de classe)

Para fins de participação da **Tomada de Preço n.º _____**, da Prefeitura Municipal de SELBACH, RS, declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa

(nome da pessoa jurídica)

Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º (terceiro) da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Declaramos, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

_____, _____, ____ de _____ de _____.

(empresa proponente)

C.N.P.J.

(assinatura e carimbo do representante legal)

(assinatura e carimbo do Contador)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue para fins de cadastramento e somente para empresas nesta condição, dispensada para as demais.

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº TP 01/2015

Razão Social: _____

CNPJ nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de _____.

Nome e Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Nota Importante:

Senhor Licitante,
Visando comunicação futura entre este Prefeitura Municipal de SELBACH, RS, e essa empresa, solicito a Vossa Senhoria, que preencha o recibo de entrega do edital e remeta a Comissão de Licitações por meio do **fax (054) 3387 1106** ou e-mail: compras@selbach.rs.gov.br . A não remessa do recibo exime a Comissão de Licitações, da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.